

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Em relação a conceituação, objeto e campo de aplicação da contabilidade pública e patrimônio público e seus componentes, julgue os itens a seguir.

- 51** O ativo real líquido representa o saldo positivo do patrimônio líquido.
- 52** A contabilidade pública no Brasil aplica-se à administração direta e indireta, incluindo-se autarquias, fundações, empresas estatais, sociedades de economia mista e demais entidades que gerenciem ou recebam recursos do orçamento público.
- 53** De acordo com as regras da contabilidade pública no Brasil, na composição do conceito de patrimônio público inclui-se não apenas bens, direitos e valores, mas também as obrigações, de modo a se representar, de forma integral e completa, a situação econômica e financeira do ente público.
- 54** Nas entidades públicas, os estoques são avaliados pelo valor de produção ou de aquisição; entretanto, se esse valor for menor que o valor de mercado, deve-se como parâmetro o valor de mercado.
- 55** No passivo do setor público, uma provisão é uma obrigação presente, com pouca probabilidade de saída de recursos, e que deve ser evidenciada em notas explicativas, e não reconhecida no balanço patrimonial.

Com relação a variações patrimoniais, ativo imobilizado e intangível e redução ao valor recuperável, julgue os itens subsecutivos.

- 56** As variações patrimoniais podem decorrer de situações que alteram a situação líquida patrimonial, dividindo-se em aumentativas e diminutivas.
- 57** Sob o enfoque patrimonial, as receitas são variações patrimoniais aumentativas (VPA) e as despesas, variações diminutivas (VPD), e a diferença entre elas constitui o resultado patrimonial do período, que é representado por superávit ou déficit patrimonial na demonstração das variações patrimoniais (DVP).
- 58** É inadequado realizar o desreconhecimento de um item do imobilizado quando da sua alienação ou no caso de ausência de expectativa de benefício futuro ou potencial de serviços pela utilização do ativo.
- 59** A redução ao valor recuperável de um ativo reflete sempre uma diminuição do seu valor registrado na contabilidade, quando o seu valor contábil é maior que o valor recuperável.
- 60** Podem ser reconhecidos a integrar as contas contábeis do balanço patrimonial de ente público itens como direitos de imagem de pessoas públicas, gravações de eventos históricos, selos e moedas históricas.

Acerca de mensuração de passivos, passivos contingentes, reavaliação e depreciação, julgue os itens subsequentes.

- 61** O valor residual de um ativo intangível com vida útil definida deve ser sempre presumido como superior a zero, porque a amortização não pode englobar a totalidade do valor do ativo.
- 62** No contexto da contabilidade pública, direitos, títulos de crédito e obrigações são ajustados a valor presente, independentemente dos encargos incorridos até a data de encerramento das demonstrações contábeis.
- 63** A prudência justifica que os passivos contingentes sejam reconhecidos nas contas patrimoniais imediatamente após a sua classificação e definição, apesar da baixa probabilidade de saída de recursos para satisfazer a obrigação.
- 64** Um ativo intangível pode ser reavaliado e a alteração de seu valor de reconhecimento pode ser decorrente de redução ao valor recuperável.
- 65** Os ativos intangíveis com vida útil definida são depreciados a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso ou na data em que for classificado como disponível para venda.

Quanto à apuração de custos no setor público, julgue os itens a seguir.

- 66** Os custos no setor público constituem um conjunto de informações acessórias que desempenham um papel não significativo na melhoria da eficiência do gasto público ou como instrumento de gestão dos serviços realizados pelo governo.
- 67** A indicação para a apuração de custos no setor público brasileiro foi introduzida apenas recentemente no sistema legal do país, com a adoção das normas internacionais de contabilidade.
- 68** O atributo da informação de custo relativo à relevância é entendido como a qualidade inerente à capacidade de influenciar as decisões dos usuários quanto aos eventos sob sua avaliação.
- 69** No custeio variável, são apropriados como custos de fabricação os custos fixos e variáveis, diretos e indiretos, sendo as despesas variáveis levadas para o resultado do período.
- 70** Sistemas estruturantes como o SIAFI e o SIAPE fornecem os dados ao Sistema de Informação de Custos do Governo Federal para a geração das informações de custos.

tabela I	valor previsto (R\$)	valor executado (R\$)
receitas tributárias	18.000.000,00	18.400.000,00
receita de contribuições	5.000.000,00	5.100.000,00
receita patrimonial	3.000.000,00	3.100.000,00
receita de serviços	2.500.000,00	2.400.000,00
outras receitas correntes	1.500.000,00	1.600.000,00
operações de créditos	4.000.000,00	3.900.000,00
alienação de bens	2.000.000,00	2.100.000,00
pessoais e encargos sociais	19.000.000,00	18.800.000,00
juros e encargos da dívida	3.000.000,00	2.900.000,00
outras despesas correntes	4.000.000,00	3.800.000,00
investimentos	4.000.000,00	3.900.000,00
inversões financeiras	3.000.000,00	2.900.000,00
amortização da dívida	3.000.000,00	3.000.000,00

tabela II	valor (R\$)
saldo financeiro do exercício anterior	500.000,00
ingressos extraorçamentários	50.000,00
dispêndios extraorçamentários	60.000,00
variações ativas extraorçamentárias	250.000,00
variações passivas extraorçamentárias	300.000,00
inscrições de restos a pagar	100.000,00
pagamentos de restos a pagar	150.000,00

tabela III	valor (R\$)
ativo financeiro do exercício anterior	40.000.000,00
ativo não financeiro do exercício anterior	120.000.000,00
passivo financeiro do exercício anterior	35.000.000,00
passivo não financeiro do exercício anterior	115.000.000,00
saldo patrimonial do exercício anterior	10.000.000,00
créditos adicionais do exercício financeiro anterior reabertos	0,00
operações de créditos vinculadas aos créditos adicionais do exercício financeiro anterior reabertos e não arrecadadas	0,00

Ao final do ano de 2022, determinado município divulgou as informações apresentadas nas tabelas I, II e III sobre sua execução orçamentária e financeira.

A partir das informações apresentadas e das tabelas I, II e III, julgue os itens a seguir no que diz respeito ao balanço orçamentário do município.

- 71** As receitas correntes previstas foram de R\$ 27.000.000.
72 As despesas de capital executadas totalizaram R\$ 9.800.000.
73 As informações indicam insuficiência de arrecadação nas receitas correntes.
74 O resultado orçamentário ao final do exercício foi de R\$ 1.300.000.

Ainda considerando as informações das tabelas I, II e III apresentadas anteriormente, julgue os itens seguintes quanto ao balanço financeiro do município.

- 75** O saldo financeiro para o exercício seguinte foi superior a R\$ 1.700.000.
76 Na elaboração do balanço, a inscrição de restos a pagar do exercício deverá ser registrada na parte dos ingressos, como receita extraorçamentária.
77 Os ingressos foram superiores a R\$ 37.000.000.

Ainda considerando as informações das tabelas I, II e III apresentadas, julgue os itens que se seguem, em relação à demonstração das variações patrimoniais e ao balanço patrimonial do município.

- 78** As variações ativas por mutação patrimonial totalizaram R\$ 9.800.000.
79 O total de variações passivas foi inferior a R\$ 30.000.000.
80 O superávit financeiro do exercício financeiro anterior foi de R\$ 5.000.000.
81 O resultado patrimonial foi superior a R\$ 9.000.000.

Julgue os próximos itens com base nas notas explicativas às demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (DCASP).

- 82** As notas explicativas devem divulgar os pressupostos das estimativas dos riscos significativos que podem vir a causar um ajuste material nos valores contábeis dos ativos e passivos ao longo dos próximos doze meses, devendo ser detalhadas a natureza e o valor contábil desses ativos e passivos na data das demonstrações.
83 Embora não sejam parte integrante das demonstrações contábeis, as notas explicativas visam facilitar a compreensão delas a seus diversos usuários.

Quanto à despesa pública, julgue os itens a seguir.

- 84** O empenho é o estágio da despesa em que o Estado, ao criar para si a obrigação de pagamento, verifica o direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
85 Na classificação funcional da despesa pública, é lícito fazer a combinação de subfunções com funções diferentes daquelas às quais estão relacionadas, salvo quando se tratar da função encargos especiais e suas subfunções típicas.

No que concerne a receita pública, julgue os itens a seguir.

- 86** Serão classificadas como receita orçamentária, sob as rubricas próprias, todas as receitas arrecadadas, inclusive as provenientes de operações de crédito, ainda que não previstas no orçamento, as emissões de papel-moeda e outras entradas compensatórias, no ativo e passivo financeiros.
87 A receitas de contribuições e agropecuárias são classificadas como correntes, assim como as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis como correntes.
88 O estágio de arrecadação é aquele em que o Estado recebe dos contribuintes, por meio de seus agentes ou da rede bancária, os valores que lhe são devidos.

Em relação ao regime contábil e à análise de balanços públicos, julgue os itens seguintes.

- 89** Ao analisar um balanço orçamentário, a presença de superávit no orçamento corrente e de déficit no orçamento de capital evidencia um processo de capitalização.
90 Na contabilidade pública, o regime orçamentário é considerado um regime misto, que mescla o regime de competência para as receitas com o regime de caixa para as despesas.

Relativamente à demonstração de fluxos de caixa (DFC) (métodos direto e indireto), conforme a legislação societária e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), julgue os itens que se seguem.

- 91** Segundo a legislação societária, a DFC, independentemente do método de elaboração escolhido, deve evidenciar as modificações ocorridas no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregadas em até três fluxos: das operações, dos financiamentos e dos investimentos.
- 92** Estão obrigadas à publicação da DFC todas as sociedades por ações.
- 93** A entidade poderá apresentar seus fluxos de caixa em base líquida desde que os recebimentos de caixa e os pagamentos em caixa respectivos se refiram a itens de giro rápido, com montantes expressivos e vencimentos de curto prazo.
- 94** Se uma entidade desembolsar determinado valor para a quitação de uma parcela em atraso de um empréstimo, pagando juros por esse atraso, tal transação deverá ser classificada em dois tipos de atividades operacionais.
- 95** Movimentações financeiras entre o caixa da entidade e suas contas bancárias estão excluídas do fluxo de caixa das atividades operacionais.

À luz da legislação societária e dos pronunciamentos do CPC, julgue os itens seguintes.

- 96** Estoques de mercadorias para revenda devem ser evidenciados no balanço patrimonial pelo seu valor justo.
- 97** Se uma companhia emitir ações ao preço de R\$ 5 cada lote de mil ações e, devido ao grande interesse do público, cada lote atingir R\$ 7, gerando um excedente de R\$ 2 por lote, o montante excedente verificado constituirá uma receita efetiva que deverá ser reconhecida no exercício social em que foi obtida.
- 98** Se, em dado exercício social, uma entidade violar um acordo de quitação, parcial ou total, de um empréstimo de longo prazo, tornando o passivo vencido e pagável à ordem do credor, e se o credor, antes da publicação das demonstrações contábeis do referido exercício social, mas após a data do balanço, renunciar ao direito de cobrança antecipada dessa dívida, o balanço patrimonial da referida entidade deverá evidenciar o citado empréstimo de longo prazo no ativo circulante.
- 99** Caso, entre a data de encerramento de um balanço e a de sua publicação, a entidade liquidar um passivo classificado como não circulante, um ajuste por evento subsequente deverá ser divulgado na primeira oportunidade.
- 100** A entidade pode divulgar no balanço patrimonial o valor nominal individual de cada ação que ela tiver emitido, caso tenha valor.

Com referência à demonstração do resultado do exercício (DRE), considerando a legislação societária e os pronunciamentos do CPC, julgue os itens subsequentes.

- 101** Conforme a legislação societária, a evidenciação da receita bruta na DRE, mesmo que inclua valores não pertencentes à entidade, é obrigatória.
- 102** A DRE deve evidenciar, em rubrica própria, o resultado da baixa de ativos financeiros mensurados pelo valor justo.
- 103** A segregação do resultado do período em sócios controladores e sócios não controladores deve ser evitada.
- 104** As receitas e despesas apresentadas na DRE são, todas elas, resultados abrangentes.

À luz da legislação societária e dos pronunciamentos do CPC, julgue os itens que se seguem, relativos à demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL).

- 105** Segundo a legislação societária, a divulgação da DMPL tem caráter facultativo.
- 106** Os resultados abrangentes do período devem ser apresentados na DMPL, segregando-se a participação de sócios controladores e de sócios não controladores.
- 107** Uma análise por item dos resultados abrangentes de cada componente do patrimônio líquido poderá, a critério da entidade, ser divulgada na DMPL.
- 108** É vedado divulgar na DMPL o valor dos dividendos distribuídos aos acionistas.
- 109** A DMPL está isenta do impacto de ajustes retrospectivos das demonstrações contábeis relativos a alterações nas políticas contábeis da entidade.
- 110** As alterações no patrimônio líquido da entidade evidenciadas na DMPL correspondem ao aumento ou à redução dos ativos líquidos entre duas datas de balanço.

A empresa XY apresentou, ao final de 2023, as seguintes informações.

	2022	2023		2022	2023
ativo circulante	10.000	15.000	passivo circulante	15.000	16.000
ativo não circulante	40.000	38.000	passivo não circulante	5.000	5.000
			patrimônio líquido (PL)	30.000	32.000
ativo total	50.000	53.000	passivo + PL total	50.000	53.000

Considerando os dados acima apresentados e as técnicas de análise das demonstrações contábeis, julgue os itens subsequentes.

- 111** Quando representado pelo quociente entre o passivo circulante e o passivo total, quanto menor o índice correspondente ao perfil da dívida, maior tende a ser a dívida de longo prazo comparativamente à dívida de curto prazo.
- 112** Se a empresa XY decidir utilizar os recursos oriundos da conta bancos para quitar os empréstimos de longo prazo, o índice de liquidez corrente permanecerá inalterado.
- 113** O índice de endividamento da empresa XY no ano de 2023 mostra que as aplicações dessa empresa são financiadas principalmente com capital oriundo de fontes externas.
- 114** A partir da análise vertical, observa-se que as dívidas de longo prazo da empresa XY representavam, em 2022, aproximadamente 33% do capital de terceiros.
- 115** A análise horizontal permite observar a evolução de uma determinada conta, ao se comparar o valor registrado na conta com aqueles registrados em períodos anteriores.

De acordo com o CPC 46 (Mensuração do Valor Justo), julgue os itens a seguir.

- 116** Na ausência de informações de mercado ou transações de mercado observáveis disponíveis, deve-se utilizar como valor justo uma mensuração específica da entidade.
- 117** Quando se utilizam dados não observáveis na mensuração do valor justo, a empresa deve divulgar o efeito da mensuração sobre o resultado do período ou outros resultados abrangentes para o período.
- 118** Para se mensurar o valor justo do ativo ou passivo, na ausência de mercado principal, deve-se considerar o mercado mais vantajoso.

Um ativo é vendido em dois mercados ativos diferentes, nos quais a entidade vendedora celebra transações e pode acessar o preço na data de mensuração. No mercado A, o preço do ativo é de R\$ 30, os custos de transação são de R\$ 4 e os custos para transportar o ativo a esse mercado são de R\$ 3. No mercado B, o preço do ativo é de R\$ 28, os custos de transação são de R\$ 2 e os custos para transportar o ativo a esse mercado são de R\$ 2.

Com base nessa situação hipotética e no que prevê o CPC 46 (Mensuração do Valor Justo), julgue os próximos itens.

119 Se nenhum dos mercados for o mercado principal para o ativo, o valor justo do ativo será de R\$ 24.

120 Se A for o mercado com o maior volume e nível de atividade para o ativo, o valor justo do ativo será de R\$ 27.

Espaço livre
